



JORNAL SINDICALISTA REVOLUCIONÁRIO

Antigo órgão da CONFEDERAÇÃO  
GERAL DO TRABALHO

# A CGT CONTRA O FASCISMO

## • HOMENAGEM

A

MÁRIO CASTELHANO

**Los mártires**

**con el rojo rosario  
ruedan las nubes rosa  
hacia el calvario;  
quedan claveles de sangre  
en el sendero,  
brújulas del camino  
verdadero.**

*Gravura e poema de Helios Gomez in Dias de Ira  
publicação da A. I. T. — Berlim - 1930*



## SUMÁRIO

SINDICATOS E PARTIDOS	pág. 2	CONGRESSO DO PC	pág. 6
PÁGINA CONFEDERAL	pág. 3	REESTRUTURAÇÃO SINDICAL	pág. 7
CAMPOS, FÁBRICAS E OFICINAS	págs. 4 e 5	CONVÍVIO COM AURÉLIO QUINTANILHA	pág. 8

# SINDICATOS & PARTIDOS

Para a social-democracia alemã tradicional o movimento sindical tinha um carácter essencialmente reformista e secundário. Ao partido cabia a função de elite consciente, de vanguarda dirigente do proletariado, e aos sindicatos o enquadramento de massas, confinando-se a formas de luta económica parcelar. O partido bolchevique limitou-se a seguir a tradição do seu modelo germânico. Segundo Lenine a história demonstrava que o movimento operário entregue aos seus próprios recursos não podia ultrapassar uma consciência trade-unionista rudimentar. Isto era falso pois já nessa altura existiam movimentos sindicalistas revolucionários de grande envergadura tanto em França como em Espanha, para não falar doutros de menor relevo. Estes movimentos elaboraram a sua própria doutrina revolucionária a partir duma longa experiência concreta de lutas operárias e independentemente, ou quase, de qualquer intervenção ideológica partidária. Claro que esta capacidade auto-emancipadora da classe trabalhadora não convinha aos intelectuais, geralmente oriundos das classes médias, que enxameavam os partidos socialistas e se viam assim votados a um papel muito secundário. Não é pois difícil perceber a quem cabe verdadeiramente o epíteto pequeno-burguês tantas vezes assacado ao movimento anarco-sindicalista. O texto que segue é o primeiro duma série publicada pelo jornal Solidarité Ouvrière e que, pela sua clareza e actualidade reputamos útil traduzir.

## BOLCHEVISMO OU SINDICALISMO

A Bulgária acaba de instaurar um novo sistema de «emulação socialista» para incitar os trabalhadores a aumentar a produção. Foram criadas condecorações para premiar o «As da produção», o «As do plano», etc. Para além do carácter tristemente grotesco destes métodos, que alguns pensam ser herança exclusiva do stalinismo, há um problema real que se põe, o da necessidade de aumentar a produção em regime socialista para melhorar as condições de vida dos trabalhadores.

Mas o aumento da produção é em si mesmo a finalidade do socialismo, a condição suficiente para a sua instauração?

«O desenvolvimento das forças de produção é uma condição prática prévia, absolutamente indispensável, porque sem ele, a penúria tornar-se-ia geral e com a penúria recomençaria a luta pelo mínimo necessário e cair-se-ia fatalmente no velho caos» (Marx, «A ideologia alemã»).

Não se caracteriza também o socialismo pelas condições de organização da produção que os trabalhadores directamente sofrem?

Os herdeiros da revolução russa, ao tomarem o seu mestre demasiado à letra, considerando o aumento da produção como a única, ou a mais importante das condições prévias, descuidando o instaurar relações socialistas nas condições de organização da produção, estenderam uma passadeira de veludo debaixo dos pés da burocracia e do stalinismo.

Se é necessário para atingir o socialismo aumentar a produção, este aumento não deve fazer-se duma maneira qualquer. Os processos da «competição socialista» são largamente determinados pelo quadro sócio-político em que ocorrem, e, em grande medida, reflectem também esse quadro.

O sindicato é o instrumento sobre que se apoia o regime soviético para aplicação da sua política eco-

nómica. Desempenha um papel capital em vários sectores:

1 — No apoio à produção:

«As organizações do partido devem auxiliar os sindicatos e as empresas a escolher os operários qualificados a fim de os arrastar para o trabalho de produção com tanta perseverança e vigor como se das necessidades dum exército se tratasse» (IX Congresso do Partido, 31 de Março de 1920).

Desde 1922 está expressamente indicado que o papel dos sindicatos é apoiar a actividade económica das empresas e não intervir na sua gestão.

2 — Os sindicatos são um organismo que permite ao partido e ao estado afirmarem a sua supremacia. Em Dezembro de 1919 os estatutos do partido preconizam, em todo o agrupamento não político, em particular nos sindicatos, a reunião dos comunistas numa «fracção» «inteiramente subordinada ao partido». Todos os assuntos da ordem de trabalhos, do sindicato ou grupo, devem ser previamente debatidos pela «fracção», obrigada a seguir as directivas do comité central do partido. Estes estatutos preveem que os candidatos a todos os postos mais importantes do organismo em questão, e no seio do qual funciona a «fracção» sejam por esta nomeados «com o concurso da instância competente do partido».

Uma resolução do partido, de 30 de Abril de 1920, dizia:

«O partido exerce a sua influência sobre as camadas sem-partido dos trabalhadores por intermédio das fracções, e das células comunistas em todas as outras organizações operárias, e, em particular nos sindicatos (...). É por isso que em cada sindicato deve existir uma fracção disciplinada e organizada de comunistas. Cada fracção do partido está filiada numa organização local do partido e subordinada ao comité deste; a fracção comunista no seio do conselho central

dos sindicatos soviéticos está subordinada ao comité central do partido comunista».

3 — Por fim, os sindicatos têm por função a defesa dos trabalhadores. Oficialmente esta tarefa é considerada como «a tarefa principal e mais urgente dos sindicatos». (14.º Congresso do Partido, Dezembro de 1925). Mas é evidente que nas condições impostas pelos dois pontos precedentes, o significado desta «defesa» é muito particular: não se trata duma defesa qualquer. Trata-se de «melhorar a situação material dos trabalhadores» e de «rectificar os erros ou os exageros», processando-se esta actividade nos limites estritos permitidos pelo partido e pelo estado.

«... a tarefa dos sindicatos é contribuir para a solução, tão rápida e feliz quanto possível dos conflitos, obtendo o máximo de vantagens para os grupos operários que representam, na medida em que estas vantagens possam ser obtidas sem prejudicar os outros grupos ou o estado no seu conjunto»... (Resolução do 11.º Congresso do Partido, 2 de Abril de 1922).

A acção sindical tem portanto um campo muito limitado e o seu objectivo essencial é manifesto: manter a calma na empresa para permitir a produção, sem que os trabalhadores tenham uma palavra a dizer sobre as normas dessa produção.

Staline ao ascender ao poder vai ter nas suas mãos um aparelho de opressão experimentado, cujas peças estavam em perfeita ordem. Exemplifiquemos: em Maio de 1920 a fracção bolchevique do sindicato dos metalúrgicos de Moscovo recusa por 40 votos contra 12 eleger para o seu comité executivo a lista de candidatos apresentada pelo comité central do partido. Este ignora o resultado do escrutínio e nomeia uma comissão formada pelos seus próprios candidatos. Em Dezembro de 1921, uma

conferência do partido decide que a partir de então só se nomeariam para os postos sindicais os «membros antigos e experimentados do partido que nunca tivessem pertencido a qualquer outro partido».

Staline não terá necessidade de inventar nada. Se mais tarde o sindicalismo evoluiu, para se adaptar às necessidades do primeiro plano quinquenal, centrado sobre a industrialização, nada de fundamental mudará.

Staline não fará mais que continuar a obra dos seus antecessores, utilizando as armas que eles próprios forjaram.

1 — O papel do sindicato como agulhão da produção foi reforçado:

«Primeiro produzir; (...) No estado actual da edificação socialista, os sindicatos têm o seu lugar na primeira fila dos combatentes para o ritmo da produção».

(Pravda, 29 de Setembro de 1929).

«A competição socialista e as brigadas dos trabalhadores de choc devem tornar-se a base de toda a actividade dos sindicatos, em matéria de produção nas empresas e nas oficinas» (16.º Congresso do Partido, Junho-Julho de 1930).

Adivinha-se que a expressão «trabalhadores de choc» pode ser tomada em sentido literal.

2 — A supremacia do partido sobre o sindicato toma um aspecto mais directo: enquanto anteriormente se fazia por intermédio das fracções comunistas, a direcção do partido torna-se agora uma direcção concreta:

«As organizações do partido devem melhorar e reforçar a direcção concreta da actividade das organizações sindicais, penetrando na própria essência da actividade dos sindicatos, ajudando estes a corrigir os seus defeitos e os seus erros» (16.º Congresso do Partido).

Em 1949 os estatutos dos sindicatos foram modificados:

«... os sindicatos soviéticos exercem toda a sua actividade sob a

direcção do partido comunista, força organizadora e dirigente da sociedade soviética.»

Esta evolução não constitui uma alteração qualitativa no papel dos sindicatos, mas somente uma diferença de grau. As modificações estatutárias apenas oficializam um estado de facto há muito existente. A ideia de « direcção concreta », de intervenção directa do estado na actividade sindical, não pode opor-se ao sistema de intervenção «indirecta» por intermédio das «fracções», visto que a actividade dos sindicatos foi sempre previamente definida pelo partido. São apenas duas expressões que traduzem uma mesma realidade.

3 — A entrada em vigor do primeiro plano quinquenal, em 1929, trouxe a primeiro plano o papel dos sindicatos como estimuladores da produção e ao mesmo tempo transformou o sentido da defesa dos interesses dos trabalhadores.

Os interesses dos trabalhadores são assimilados aos interesses do Estado e da produção económica: o que é bom para os últimos é bom para os primeiros. O sindicato limitar-se-á a velar pela aplicação das disposições tomadas pelo aparelho estatal.

O período estalinista foi apenas a acentuação dos princípios definidos pelo partido bolchevique desde 1917. Há continuidade entre estes dois períodos, caracterizados pelo apoio dado pelos sindicatos à produção, e a direcção do partido sobre os sindicatos e um papel limitado destes na defesa dos trabalhadores.

Esta exposição da evolução da prática sindical na URSS do período bolchevique à era estalinista é infelizmente demasiado sucinta. Contudo, talvez incite os nossos leitores a aprofundar o assunto e a fazerem por si mesmos uma ideia.

Resta-nos estudar a prática do sindicalismo contemporâneo na URSS e analisar as bases ideológicas da concepção do sindicalismo, comuns aos neo-bolcheviques e neo-estalinistas de hoje.

### CONDIÇÕES DE ASSINATURA

As assinaturas serão pagas, por vale do correio, cheque ou por moeda corrente, sendo os valores nominais dirigidos a

Cooperativa Editorial A BATALHA

Director

EMÍDIO SANTANA

Propriedade da

COOPERATIVA EDITORA A BATALHA

Redacção e Administração

Rua Angelina Vidal, 17-2.º Esq.  
LISBOA

Composição e impressão

Tip. E. N. P. — Anuário Comercial de Portugal

Para Portugal e ilhas adjacentes:

10 números ..... 22\$00  
12 números ..... 26\$00  
20 números ..... 42\$00

Para o Estrangeiro:

10 números ..... 32\$00  
12 números ..... 38\$00  
20 números ..... 62\$00

Assinatura de apoio anual 100\$00

## A BATALHA

Trabalhadores, amigo de A Batalha!  
No local de trabalho, no teu sindicato, onde vives, organiza grupos de amigos de A Batalha, que trabalhem pela sua difusão e propagação.

Arranja novos assinantes, e novos sócios para a Cooperativa Editorial A Batalha.

Dirigir tudo para a nossa sede: Rua Angelina Vidal, 17-2.º-E.



## MÁRIO CASTELHANO

### — Figura legendária do Tarrafal

A 12 de Outubro de 1940, morreu no campo de concentração do Tarrafal, vítima de uma biliosa, Mário Castelhana, militante anarco-sindicalista que foi director de A BATALHA na altura em que as suas instalações foram destruídas pelo fascismo e suspensa a sua publicação.

Além de ter sido valioso militante do sindicalismo confederal, notabilizou-se também como uma grande figura moral entre os deportados naquele campo, pela coragem, nobreza e exemplo de camaradagem que revelou, que lhe grangeou o respeito de todos.

Castelhana nasceu em Lisboa a 31 de Maio de 1896, terceiro filho dum casal de modestos comerciantes, e aos 14 anos entrou para a CP como ordenança do telégrafo; mas pelo seu esforço e aplicação, e sobretudo pelo seu mérito, chegou a empregado qualificado da contabilidade.

Muito cedo se iniciou na actividade sindical e entre a experiência do reformismo e da acção libertária, decidiu-se pela oposição sindicalista revolucionária e participou logo na greve ferroviária de 1911 que se seguiu à implantação da República, ao desfazerem-se as esperanças que esta suscitara entre as classes trabalhadoras. Mas é na greve de 1914, na sua ascensão doutrinária, que ele participa activamente.

A República empenhara-se na repressão do movimento operário, que ia assumindo uma posição contra a participação de Portugal na guerra, e o governo exerce a especial repressão sobre a greve, que se perdeu.

Castelhana com a sua acção consegue que a classe mantenha a sua coesão e vigor sindical, indispensável num período tão grave de crise económica suscitada pela guerra, em que os salários não acompanhavam o custo de vida.

Em 1918, os ferroviários lançaram-se em greve e sustentaram uma luta vigorosa, e de novo a repressão governamental, chegando a atrelar à frente das locomotivas dos comboios tripulados por militares, vagões abertos onde seguiam grevistas presos pela polícia, se abate sobre os ferroviários.

Se a greve não conseguiu resultados totais, algumas reclamações foram satisfeitas, mas a actividade militante recrudesciu e o sindicato manteve a sua força e combatividade. Em 1920, declara-se a greve ferroviária em todas as redes do país e dois homens, Mário Castelhana e Miguel Correia, desenvolvem uma extraordinária acção na coordenação do movimento. Novamente a repressão governativa se abate sobre os ferroviários e a greve triunfa parcialmente, mas Mário Castelhana e outros militantes são demitidos.

Mário continua a sua actividade entre a classe, que o considerou ferroviário, e assume a direcção do órgão sindical O FERROVIÁRIO, imprimindo-lhe uma posição sindicalista revolucionária.

A revolução russa levou alguns militantes sindicalistas para o maximalismo mas Castelhana, como a quase totalidade da militância, permaneceu na CGT, mas a experiência da chamada ditadura do proletariado mais o inclinou para as posições anarco-sindicalistas.

Nessa linha de orientação, ele dedica-se à ampliação dos quadros sindicais e dedica-se à realização da Conferência Inter-Sindical dos Ferroviários, que se realizou no Porto em 1921, na qual foi nomeado para a comissão organizadora do 1.º Congresso Sindical dos Ferroviários, que se realizou em Junho de 1922 e no qual se constituiu a Federação Ferroviária, passando a exercer as funções de secretário das Relações Internacionais.

Nesse congresso, Miguel Correia, notável militante da rede do Sul e Sueste que pertencia ao Estado, propôs a adesão da Federação à Federação Sindical Internacional, de tendência reformista. Castelhana contrapõe os inconvenientes dessa adesão, que o congresso aceita.

Foi eleito depois redactor principal do órgão federal, FEDERAÇÃO FERROVIÁRIA e em 1926 entrou para o Conselho Confederal da CGT em representação da Federação. Pouco tempo depois substituiu Santos Arranha na direcção de A BATALHA.

Neste perturbado período da vida do país e de convulsões políticas, Castelhana, com o seu elevado nível de militante revolucionário e o seu aprumo moral e ideológico, imprime ao jornal uma nitida orientação face aos acontecimentos, que se mantém íntegro mesmo após o triunfo do 28 de Maio.

No ano seguinte, a 7 de Fevereiro de 1927, estala em Lisboa a revolta que se seguiu à do Porto, que embora de feição republicana teve o maior apoio dos trabalhadores. Nessa manhã, A BATALHA, já paginada, é imprimida nas oficinas do DIÁRIO DE NOTÍCIAS, definindo a posição e a acção confederal.

Vencido o movimento, A BATALHA é suspensa, a CGT declarada ilegal e passa à clandestinidade, e pouco depois as nossas instalações são destruídas pela polícia.

Castelhana passa para a clandestinidade ocupando lugar no Comité Confederal, mantendo-se relações com os sindicatos que todavia continuavam a funcionar, embora muito vigiados pela polícia de informações, da qual se formou a PIDE.

Em Julho desse ano, Castelhana, Rijo, Álvaro Ramos, Quintal, Ferreira da Silva, e tantos outros são presos, e a 15 de Novembro seguem deportados a bordo do sinistro «PEDRO GOMES», conhecido então como o «Monsanto ambulante».

Castelhana e Rijo ficam em Novo Redondo, em Angola, onde encontraram colocação numa roça como escriturários, e ali mesmo, pelo seu exemplo e nobreza no trato com a população negra obtiveram notável acolhimento.

O estado de saúde de ambos proporcionou a sua transferência para os Açores. Mário foi para a ilha do Pico.

Quando eclodiu na Madeira, em 1931, a revolta da população secundada pelos deportados políticos, Castelhana, Rijo, Gonçalves Bibi, Fernando Barros e outros militantes libertários reencontram-se no Funchal, onde exerceram uma acção sindical junto da população. Castelhana, Rijo e Bibi, ajudados pela decidida acção da camarada Margarida Barros, ocultam-se num sótão no Funchal e passam para Lisboa ocultos por um camarada fogueiro do «LIMA» nas bancas do carvão.

Volta à actividade confederal, e quando em princípios de 1933, Salazar impõe aos pais as suas leis de fascização sindical e do trabalho, as hostes militantes anarco-sindicalistas, ainda que muito dizimadas pela repressão continua de sete anos de lutas constantes, empreendem a preparação da greve geral de 18 de Janeiro de 1934, em que Castelhana teve acção excepcional, tendo sido preso dois dias antes.

Com todos os camaradas presos na repressão que se seguiu, foi deportado para Angra do Heroísmo, donde todos seguiram depois para o Tarrafal.

No Tarrafal, nessa odisséia ainda por narrar, Castelhana marcou um lugar de relevo entre os deportados pelo magistério de uma acção moral feita de energia e probidade, revelado excepcionalmente quando no chamado «perigo agudo» grassava pelo campo uma epidemia, e a grande maioria dos presos se encontrava de cama, sem medicamentos, Castelhana, com o seu poder moral, e a ajuda de quantos o acompanharam, organizou uma assistência sanitária conforme os precários recursos disponíveis. Mesas, bancos, tudo o que pudesse arder, era aplicado para ferver a água duvidosa que ajudasse os poucos medicamentos de que dispunham para salvar muitas e preciosas vidas. E quando se superava esse momento dramático, Castelhana sossobra perante uma biliosa que o mata em poucos dias, morte que simboliza com a grandeza moral do seu sacrifício todo o dramatismo do campo da Morte Lenta do Tarrafal.

(Cont. na pág. 6)



MÁRIO CASTELHANO, de pé, ao centro, acompanhado dos seus camaradas anarco-sindicalistas

## A CGT CONTRA O FASCISMO

Uma orquestrada propaganda tenta demonstrar que a luta contra o fascismo foi exclusiva dum sector e que só nele houve combatentes, vítimas e mártires, e ao mesmo tempo alguns coincidem em quererem provar que o triunfo de Salazar deve-se a não haver em Portugal «um forte partido operário» e a CGT ter «uma feição pequeno burguesa.»

Em primeiro lugar anotaremos que o fascismo triunfou antes na Itália, depois na Alemanha, e em ambos os países havia dois fortes partidos «operários»; em França, o típico fascismo de De Gaulle venceu e teve a colaboração dos dois partidos.

A posição da CGT nunca ofereceu dúvidas como revolucionária e proletária, quer pela sua constituição, quer pela sua acção. É o resumo que vamos fazer.

1925 — 1 de Abril. Estala um movimento militar de claras tendências conservadoras e em seguimento doutras tentativas de um governo militar. A CGT exorta os trabalhadores à luta, que se decide com a intervenção dos grupos revolucionários operários.

Não tardou que o governo de Vitorino Guimarães que sobrevivera, deportasse para Cabo Verde alguns militantes e juventude operária sob a acusação de pertencerem à Legião Vermelha.

1926 — 28 de Maio — Movimento militar com o apoio e colaboração de todos os partidos republicanos da oposição e quantas lojas por aí havia da conspiração reaccionária. A única força contra o movimento, mas não solidária com o governo reaccionário de António Maria da Silva, foi a CGT. O partido comunista e o socialista quase não existiam, mas propuseram a formação de um comité de defesa proletária que

apenas serviria para trazê-los à feira dos partidos apostados em aproveitar a oportunidade da chamada reconstrução nacional, pedida das direitas até às esquerdas.

7 de Fevereiro de 1927 — Primeiro movimento de oposição com forte apoio popular. Ao ser vencido, a CGT foi considerada ilegal, como todos os organismos operários federais, e o nosso Jornal encerrado e depois destruído. Muitos militantes sindicais são deportados.

O governo do general Vicente de Freitas, encarrega Rocha Martins de propor uma paz política com a CGT, no estilo da que Primo de Rivera estabeleceu com o partido socialista espanhol. A CGT recusa e reivindica a restauração das liberdades públicas. A rutura deu ao raso a razia dos militantes sindicais na noite de 26 de Fevereiro de 1928.

Embora os sindicatos continuassem a funcionar, a grande maioria dos militantes só podiam actuar na clandestinidade, e outra parte importante já se encontrava na deportação em África e nos Açores.

1929 — O governo tenta a criação de um conselho económico nacional no qual deveriam participar os sindicatos, como primeira tentativa de fascização e de «colaboração de classes». Quando os sindicatos confederais numa reunião tentam uma afirmação negativa, o pequeno grupo de sindicatos dissidentes embaraça a reunião e vai constituir uma comissão inter-sindical cisionista.

Mantem-se a agitação nos meios operários, mas o desemprego e a perseguição policial vão produzindo os seus estragos. As deportações prosseguem sem cessar. 26 de Agosto de 1931 — Nova revolta com umas escassas unidades militares mas forte participação ope-

rária, e sempre da militância sindicalista. «A BATALHA» tenta sair nessa manhã mas o movimento já estava jugulado. Mais militantes deportados, desta vez para Timor.

1931 — Revolta da Madeira Com a adesão dos deportados espalhados pelos Açores.

Os nossos deportados participam em todas as acções, e na Madeira tentam reerguer o movimento sindical que ali vegetava.

1932 — O partido comunista tenta a «jornada do 29 de Fevereiro» com reivindicações demagógicas de um subsídio para desempregados a afirmarem-se naquele dia que prometia de agitação e greve. A CGT, marcando a sua discordância com o subsídio e preconizando ou a redução da jornada de trabalho ou a abertura de trabalhos de utilidade pública, aconselhou os trabalhadores à luta, e actuou para não se frustrar naqueles pontos fracos da acção do partido por menor influência nos sectores operários mais activos.

Dias antes, Salazar decreta o estabelecimento do desconto de 2% para o desemprego frustrando em parte a acção política do partido comunista, e a greve naquele dia só foi possível onde a CGT mais influia: construção civil, metalurgia, corticeiros, estaleiros e alguns meios de transporte.

A reacção contra o desconto para o desemprego foi encabeçada pela CGT, e a recusa a aceitarem as férias com os descontos processou-se a partir das oficinas da Carris, estaleiros e fábricas de Alcântara e Poço do Bispo, e em muitas indústrias deixou de se praticar os descontos.

A perseguição policial foi destroçando esses focos de resistência operária e o desconto

(Cont. na pág. 6)

## UM SECTOR EM CRISE

### O CAMPO NÃO ESPERA PELA CIDADE

A descompressão da sociedade portuguesa com a derrocada do regime corporativo e fascista trouxe a primeiro plano o problema agrário, muito complexo pela diversidade fundiária, com zonas de grande e pequena propriedade, dum proletariado rural e de rendeiros, pequenos proprietários agulhados ao terrunho, do absentista e aristocracia agrária que viveram dos conúbios de interesses do regime caído.

Como em 1910, na implantação da República, a gravidade do sistema de exploração e o regime de propriedade agrária aflora sem merecer a atenção da sua profundidade, das soluções que importa, passando-se a adoptar uma simples terapêutica de remedeio. Apenas tal transe pode interessar à ascensão de novo tipo de empresa,

de raiz capitalista, que tentam no campo a reconversão da exploração agrícola em termos de industrialização.

Contudo, permanece a crise da estrutura agrária. As formas arcaicas da exploração agrícola não consentem o abastecimento do país em termos normais; os preços agravam-se, os salários no campo degradam-se com o agravamento do desemprego, igualmente adoptado como arma cega e obtusa dum classe proprietária também decadente. E a empresa evoluída na sua orgânica capitalista continua ainda utilizando os velhos métodos de procurar maiores lucros na maior exploração do trabalho assalariado, e utiliza também a sua preponderância noutros sectores e noutras classes para obter posições políticas que facilitem a sua ascensão:

### ARRENDAMENTO RURAL

Anuncia-se a publicação de uma lei sobre a renovação do processo de arrendamento rural, de que já um tanto se tem falado.

Fundamentalmente a intenção da lei limita-se a remediar — se remedeia — soluções que de modo algum modificam as estruturas agrárias responsáveis pela crise da agricultura, passando ao lado e esquecendo muitos outros problemas que lhes estão ligados.

O arrendamento, qualquer que seja o processo, estará naturalmente ligado ao sistema de crédito agrícola, à eliminação da chusma intermediária, ao melhoramento dos equipamentos e da assistência técnica, como também às condições de trabalho e o de vida das populações rurais.

Pergunta-se mesmo se não haverá que remodelar fundamentalmente as estruturas e o regime de propriedade agrária de modo a que outras forças não encontrem na circunstância, possibilidades muito maiores para se erigirem novas forças empresariais no domínio da agricultura em substituição das classes decadentes.

Parece ainda que a tal lei de arrendamento passa muito por alto os problemas de muitas largas margens das populações que se dedicam à agricultura. Assim a margem de solução será sempre muito reduzida, e de nenhum modo alcança a latitude das soluções de que o agro carece.

### OS SINDICATOS RURAIS

Especialmente nas zonas latifundiárias, os trabalhadores rurais começaram a organizar os seus sindicatos, abandonando as casas do povo como tipo de associação de classe. Em regiões mais em evidência, como Évora, Beja e Ribatejo formaram-se comissões de organização de sindicatos e no primeiro momento de levantamento nacional conseguiram convenções de trabalho correspondentes a períodos de fainas agrícolas.

O respeito por essas convenções não durou muito tempo, pois os proprietários preferiram começar a sabotá-los, procurando ultrapassar o período de vigência da convenção e completar, se possível, as fainas da época e até mesmo abandonando culturas.

Os sindicatos rurais estão a ser solicitados por propagandas políticas demagógicas. Fundamentalmente os trabalhadores rurais não serão propensos a seguirem outro caminho que não seja o que está marcado directamente na evolução dum processo revolucionário já iniciado: a socialização da terra.

Nacionalização da terra ou uma industrialização agrícola que torne o rural um operário do campo, mas assalariado, não corresponde de modo algum às aspirações dos trabalhadores do campo, que amam o campo e a sua liberdade, que sentem mesmo a sua missão histórica na realização do socialismo sem espartilhos.



### OS TRABALHADORES RURAIS DE BEJA MOVIMENTAM-SE

Além de não quererem cumprir a convenção de trabalho anterior, e os preços dos artigos de primeira necessidade subirem sem qualquer controle, os proprietários do distrito, para não pagarem os salários devidos, não cultivam as terras e provocam o desemprego para forçar os trabalhadores a aceitarem mais baixos salários.

Reagindo contra esta situação provocada o Sindicato decidiu promover uma manifestação para ter lugar em Beja. Todos os trabalhadores do distrito acorreram marcando insofismavelmente a decisão e a solidariedade dos rurais na sua luta e no seu sindicato.

Sobre a cidade avançou grande massa de trabalhadores que se concentraram no Estádio Municipal, e durante o dia decorreu uma reunião em que usaram da palavra trabalhadores e elementos da direcção do sindicato.

As inexplicáveis disposições legais sobre manifestações só consentiam que começasse às 19.30 horas. Contudo ela realizou-se apesar de muitos terem retirado para as suas terras, com uma imponência significativa da decisão dos rurais de não se deixarem espoliar, e reclamarem decididamente «a terra para quem trabalha» e outras reivindicações expressas em cartazes.

Na Câmara Municipal recebeu a manifestação e dirigiu-lhe a palavra, o presidente do município e o governador civil. Falaram ainda trabalhadores que não deixaram dúvidas sobre a sua determinação de luta.

### SANEAMENTO NA SACOR

O *Diário de Lisboa* de 30 de Outubro publicou uma notícia sobre o saneamento nesta Empresa, reduto do fascismo e alobre de fascistas e dos transfugas, transcrevemos na íntegra pelo sabor e eloquência dos factos.

Com a presença de três elementos da Direcção do Sindicato dos Químicos de Lisboa, realizou-se esta manhã uma conferência de imprensa onde se denunciou que «o saneamento do grupo Sacor é uma farsa».

Um dos elementos da mesa afirmou: «Desde os tempos do fascismo que o grupo Sacor é conhecido como sendo um autêntico domínio onde se têm albergado os altos dirigentes fascistas». Acrescentou que após o 25 de Abril a situação não mudou grandemente, uma vez que a direcção do grupo «tem feito uma série de manobras tendentes a conservar o clã fascista na liderança das administrações das suas empresas, nomeadamente através de transferências».

As novas colocações, são da responsabilidade do eng.º Nobre da Costa. São as seguintes:

O dr. João da Costa Freitas, membro do Governo de Salazar, foi saneado da Angol e colocado como presidente da comissão executiva da Cidla, com direito a carro e motorista. Henrique Vaz, director-geral da Cidla foi saneado pelos trabalhadores e colocado imediatamente na Eival, como administrador. Continua a ter carro e motorista. O eng.º Lobo Machado, director-geral da Refinaria de Cabo Ruivo, foi saneado pelos trabalhadores mas colocado em director-geral da Sacor. O dr. Abrantes Ribeiro foi saneado pelos trabalhadores, pelo que teve de ser despachado para a Companhia de Seguros União; mas como aí também foi repudiado, conseguiu ser colocado ainda na Sacor marítima. O secretário-

geral da Cidla é ainda o dr. Enes Dias, ex-membro da Comissão de Censura do regime fascista. O dr. Sá e Melo, conhecido fascista com folha de serviços na LPANP e FAC continua na sua posição de administrador da Moçacor.

Os trabalhadores perguntam que espécie de saneamento foi o de conhecidas figuras, como Casal Ribeiro, Jorge Botelho Moniz e Costa Leite (Lumbrales), que contam cerca de 37 contos de reforma mensal.

Por fim, revelam o facto grave de o eng.º Nobre Costa ter aprovado e sancionado um acordo secreto com a expide/DGS, pagando-lhe mensalmente pelos «altos serviços» prestados a módica quantia de 50 contos. Foi também detectado um cheque de 10 contos passado pela Petroquímica à Pide. E há o caso de um grave suborno que envolve centenas de contos para que não fossem divulgadas anomalias internas.

A Direcção do Sindicato dos Químicos de Lisboa aponta como grande responsável por esta situação o eng.º Nobre da Costa, verdadeiro chefe do clã fascista da Sacor, de convivência com o dr. Gomes Mota, nomeado administrador da Sacor por parte do Estado após o 25 de Abril. Ambos actuam perante a passividade das comissões internas chamadas de trabalhadores dos quais se destaca Caiano Pereira, com um cargo importante na administração dos Nitratos de Portugal e membro da Intersindical.

*Que os fascistas continuem nos seus postos, talvez não cause admiração, apesar de nem mudarem pelo menos as moscas, mas o encontro com os novos leaders é que confunde. Mas compreendemos a velocidade de acesso de alguns dos «anti-fascistas» a tão altos postos como sucedeu nos TAP.*

*E a Intersindical já recebeu a adesão dos directores de administração de empresas?*

As dificuldades provocadas pelo feriado ligado ao fim de semana atrasou a saída do nosso jornal, de que pedimos desculpa aos nossos leitores e assinantes.

# CAS E OFICINAS

## HÁ LIBERDADE SINDICAL?

Um despacho que atenta contra essa liberdade.

1 — Que se proceda, de imediato, a rigoroso inquérito à forma como decorreu a referida assembleia geral, devendo os resultados do mesmo inquérito ser apresentados no prazo de doze dias a contar da data do presente despacho.

2 — Que sejam suspensos os efeitos da referida assembleia geral enquanto não for proferida decisão final com base no inquérito ora determinado (Despacho do Secretário do Estado do Trabalho, a propósito da assembleia do Sindicato da Indústria dos Plásticos para uma integração no Sindicato dos Químicos).

A unificação do Sindicato da Indústria dos Plásticos com o Sindicato da Indústria Química tem dado ocasião a conflitos e a processos que não estarão certos, segundo nos parece. Isso será certamente o efeito duma herança centralista e da pulverização Sindical herdada do regime cooperativo, da pretensão do gigantismo sindical e por certo também influências estranhas que hoje ainda mais se vão fazendo sentir.

Talvez a unificação esteja certa, mas deveria processar-se a partir das bases, dos trabalhadores, e feita por acordo previamente discutido e aprovado em promotor, acautelando-se todas as conveniências, e sem se dar aso a formação de hegemónias.

Como dizemos, infelizmente o caso não terá sido tratado convenientemente, e, por influências estranhas, terá sido levado a extremos, mas de qualquer modo as classes interessadas é que terão de regular o

## MOVIMENTAÇÃO OPERÁRIA

SACOR — Instalações do Norte — Alguns trabalhadores foram dispensados do serviço duma firma estrangeira que trabalha na ampliação das instalações de Leça da Palmeira, que está a aplicar em grande parte pessoal estrangeiro; e isto ocasionou uma paralização de trabalho; e o pessoal português impediu o acesso ao trabalho dos operários estrangeiros.

Os trabalhos têm estado paralizados, e fracassaram as negociações que foram entabuladas por uma comissão de trabalhadores acompanhada por um representante do sindicato Metalúrgico do Porto e um inspector do Ministério do Trabalho.

Nestes trabalhos estão aplicados mais de 250 operários estrangeiros e prevê-se que este número aumente. Será lógico que havendo cá trabalhadores qualificados para os trabalhos que se estão a realizar não deveriam ser admitidos esses operários.

A Administração mantém a dispensa dos seus trabalhadores portugueses dispensados pela firma empreiteira Ponticelli.

PORTO DE LEIXÕES — Encontra-se paralisado o porto de Leixões, e nas últimas horas alguns barcos deixaram o porto sem descarregarem. As negociações malograram-se.

A BATALHA

diferendo, e admite-se também que qualquer outro sindicato ou organismo federativo dêem a sua ajuda, mas ajuda para solucionar e não para ordenar ou coagir.

Só assim haverá liberdade sindical, e o sindicalismo exercerá as suas naturais aptidões rejeitando quaisquer tutelas.

O regime corporativo e fascista subordinava os sindicatos em todos os seus actos ao Ministério das Corporações, que os controlava e dominava. No 25 de Abril foram restabelecidas as liberdades, e evidentemente, a liberdade sindical.

Os sindicatos deixaram de ser tutelados pelo Estado, e igualmente por qualquer partido político, quer seja único ou coligado.

É abusivo e muito estranho que o Secretário do Estado do Trabalho tenha tomado poderes que já cessaram naquele edifício, e proferir o despacho que encabeça este artigo.

Quaisquer que sejam os casos ocorridos, a legislação fascista não está em vigor, mas o Secretário do Estado do Trabalho veio ressuscitá-la, atentando contra a conquistada liberdade sindical.

É indispensável que se esclareça se os sindicatos dispõem de liberdade e se as suas assembleias hão-de subordinarem-se à jurisdição do Estado quanto à sua organização e orientação: como parece querer impor-se com o despacho imprecendente.

**TRABALHADOR!**  
converge  
a tua acção  
para o sindicato  
e defende-o  
das tutelas  
partidárias

## CARTA DE ÉVORA

Tendo o Governo Salazarista, logo a seguir ao 28 de Maio de 1926, em que um grupo de déspotas e reaccionários, por um golpe de tração se apoderou do poder, praticando toda a casta de arbitrariedades, desmentalizando a já forte organização sindical, mandando encerrar todos os Sindicatos, bem como todas as Federações de classes e União de Sindicatos, mandando ainda destruir pelos seus laçaios a tipografia propriedade do jornal *A Batalha*, único defensor das classes trabalhadoras, apoderando-se ainda de todos os seus haveres.

Essa forte organização de carácter verdadeiramente sindicalista revolucionário, que contava já com mais de 125 sindicatos de trabalhadores rurais, viu-se privada das suas sedes e de elementos dirigentes, pois muitos foram presos e deportados e assim depois de 48 anos de isolamento o movimento sindical desapareceu, embora alguns ainda existentes fossem organizações de acção corporativa estatal e fascista.

Os trabalhadores que hoje lutam pelas suas reivindicações, aliás justas, não reconhecem o valor do respectivo sindicato e o valor e força que dele advém para a finalidade das suas reclamações.



## OS CESTEIROS DE GONÇALO FORMAM A SUA COOPERATIVA

Os operários cesteiros em resposta aos despedimentos e lock-out de que estavam a ser vítimas tomaram uma decisão constituindo a CESCOOP, cooperativa de produção que se iniciou agrupando 100 trabalhadores.

Gonçalo, no Concelho da Guarda tem de há muito uma indústria de cestaria e uma grande tradição sindical, pois tiveram um sindicato importante aderente à CGT e mantiveram importantes lutas contra o patronato.

Calcula-se que o patronato local saudoso do período fascista que lhe proporcionou rendosa exploração procure reduzir os trabalhadores à obediência com o desemprego.

Se contra estas manobras do patronato, que afinal afectam a economia do país, governos e democracias nada podem, o poder de decisão dos trabalhadores pode ir mais longe.

Em Gonçalo formaram uma cooperativa, e se tivessem ocupado as oficinas e as autogerissem o resultado positivo seria o mesmo para os trabalhadores como para a economia nacional. Neste caso seriam abandonados e vituperados porque teriam praticado a heresia da ocupação e criticados por praticarem a autogestão.

## O Sindicalismo como luta de classes

Quarenta e oito anos de obscuridade sem conhecimento do seu valor como trabalhador, torna-se necessário e urgente aprofundar esse direito, reorganizando todas as classes, criando os seus sindicatos, livres de tendências políticas e partidarismos; o sindicato é o baluarte para discutir e ressaltar os seus direitos e reivindicações, sem intervenção de estranhos.

É aqui que está a finalidade do sindicalismo revolucionário.

Posto este preâmbulo, algumas considerações sobre o que é o sindicalismo, para que os trabalhadores dele tomem conhecimento e possam agir com conhecimento de causa.

Afirmamos já que o sindicalismo revolucionário não é um partido político, mas sim uma organização sindical sindicalista.

Sindicalismo é a realização prática e experimental das leis científicas da sociologia. O seu pleno desenvolvimento assegura uma vida profissional progressiva e de prosperidade, de bem estar, de moral e de justiça. Cria nos indivíduos uma ideologia libertária e de solidariedade internacional, de humanismo integral, escola desta ideologia.

## DIRIGENTES

### um mandato revogável

«O mandato de deputados, delegados ou quaisquer dirigentes deve ser revogável em qualquer momento.

Esta regra, tão simples quanto radical, tem por fim impedir a divisão da sociedade em duas categorias de homens: os que mandam e os que obedecem. Esta divisão que inicialmente pode surgir como uma comodidade técnica «para o bem de todos» revelou ser na história da cisão da sociedade em classes antagónicas. Contrariamente ao que postula Hegel a dialéctica do senhor e do escravo não tem sempre por origem um combate de vida ou de morte que dá o poder à coragem e a servidão à cobardia. Em última instância, seja qual for esta suposta «origem» o fundamento do poder da classe dominante só raramente é um acto de coragem e, mesmo quando o é, o seu exercício só pode ser assegurado pelo acesso a uma estrutura de classe à qual tanto se ascende por nascimento como por artimanha, por eleição como por cooptação.

Rousseau mostrou bem a impossibilidade de realizar uma sociedade de homens iguais e solidários sem suprimir todo o poder heterogéneo (quer de origem divina, quer nascido da violência e perpetuado pelo hábito e a tradição). Mas ao mostrar que o único «soberano» compatível com a nossa dignidade deve ser uma criação da nossa liberdade não insistiu devidamente sobre os riscos da deputação ou não julgou possível conjurá-los (no que tinha talvez razão na sua época). De então para cá, a experiência demonstrou abundantemente que a delegação de poder, mesmo por um tempo determinado, realiza uma cisão. O eleito eleva-se a um estatuto heterogéneo; ele é ipso facto investido dum poder que lhe vem das leis, da constituição e, a despeito das aparências, obscuramente também dos reis e deuses do passado.

No fim do mandato e na medida em que deseja vê-lo renovado, poderá recorrer à demagogia para conservar a chave dum reino ao qual pode ter acesso pela eleição — mas que por natureza é independente dela. De facto o eleitor não pode destituir Carlos senão nomeando Jorge ou outro em seu lugar, apenas se verificando mudança de personalidades. Estruturalmente a dominação permanece inalterada. Pelo contrário a revogabilidade em qualquer momento quebra definitivamente esta estrutura dual. Deixa de haver na delegação um afastamento que não é apenas temporal. O delegado «vai longe» mesmo quando volta para o «meio de nós», ele está investido durante todo o mandato duma auréola imaginária que o converte num estranho. Pelo contrário, se a delegação pode ser retirada em qualquer momento a cisão cessa, o «soberano» não mais adquire existência independente e permanece a todo o momento erguido nos braços dos seus mandantes que podem a todo o instante deixá-lo cair. Assim, pelo facto deste controle contínuo, o poder não se torna nunca numa instância separada, sendo uma simples estruturação mudável do grupo que toma esta ou outra forma segundo as necessidades. Esta organização eficaz, adaptada ao fim em cada momento, não é mais uma delegação mas uma expressão da vontade de todos. Já insistimos anteriormente sobre as dificuldades práticas da realização desta regra mas tais problemas são de natureza conjuntural e de modo algum põem o princípio em causa.»

(De As condições de possibilidade da autogestão por Yvon Bourdet)

Pelo sindicalismo social a humanidade alcança a sua plena vida de solidariedade, natural e funcional, consciente e livre, o indivíduo alcança o desenvolvimento integral e harmónico das suas múltiplas energias.

O sindicalismo comporta, dentro da sua organização todos os órgãos necessários à vida complexa e exigente das sociedades progressivas e desempenha por meio desses órgãos, todas as funções indispensáveis à completa expansão e constante aperfeiçoamento dessa vida.

Contém não só os órgãos da produção, mas também todos os indispensáveis à repartição das utilidades a fim de regular o consumo conforme as necessidades de cada um.

Como organização social completa e integral, basta-se a si próprio, quer para transformar o regime, quer para realizar e erigir todas as instituições da sociedade futura; não carece de órgãos estranhos ou de outra natureza que não seja sindical, para realizar a obra de coordenação social de todas as funções e actividades sociais no sentido do bem geral.

O sindicalismo é ainda imediato e subjectivo de defesa, de luta directa de

classe e de expropriação contra o regime burguês, patronal e estatal.

Objectivo de preparação técnica e de educação social integral.

Objectivo de reconstrução e de educação social integral.

A organização sindicalista é pois: essencialmente revolucionária. Regeita os princípios e meios de acção partidária; tem uma acção exclusiva e puramente antipolítica e anti-estatal e é estranho a qualquer poder governativo.

É ainda pedagógico; cria em cada indivíduo um valor consciente e social, uma capacidade técnica e administrativa de gestão, uma força activa de carácter justo, uma actividade coordenadora e solidária.

Satisfaz o preceito de que as formas de organização e acção que devem ser escolhidas são aquelas que permitam e activem o desenvolvimento das classes trabalhadoras.

Cumpra agora organizá-las em sindicatos livres de qualquer peia política que tem que ser deles banida. Só assim estará certo que:

A emancipação dos trabalhadores, há-de ser obra dos próprios trabalhadores.

ELIAS MATIAS









O Prof. Aurélio Quintanilha em colóquio com a juventude que o recebeu com interesse

## ESTEVE CONNOSCO O PROFESSOR AURÉLIO QUINTANILHA

# RENOVAR PORTUGAL

## Nacionalismo e colaboração de classes

Sem pretender definir teoricamente o fascismo em termos de ideologia, filosofia ou sistema social, verificamos que utiliza a ideia de Pátria/Nação num sentido abstracto, isto é, nação composta de pessoas iguais, com os mesmos direitos e deveres. deste modo negam a existência de classes sociais diferenciadas pelos interesses e posições em que se antagonizam, e pretendem impor o sofisma de que Capital e Trabalho têm os mesmos interesses para engrandecer o mito de pátria/nação. Para erigir em sistema este sofisma utiliza a violência e a repressão, suprimindo as liberdades fundamentais para garantir na Pax nacionalista o monopólio dos meios de produção e de distribuição nas mãos dos capitalistas.

Após o 25 de abril, quando os trabalhadores iniciam os seus movimentos de reivindicação e saneamento assistimos desde logo a uma campanha lançada pelos partidos políticos da esquerda tradicional, recém saídos da clandestinidade, clamando: «agora que o fascismo foi derrubado é preciso reconstruir Portugal!».

Deste modo concluem que só o fascismo é o verdadeiro inimigo da classe trabalhadora, e agora derrubado não haverá razão para se fazer greve ou tomadas de fábrica, de escritórios ou de oficinas. Em conclusão: como Portugal «democrático» que se ia construir estavam resolvidos os problemas dos trabalhadores.

Com a palavra de ordem «reconstrução de Portugal democrático» — será por acaso? — que partiu de partidos ditos de «esquerda», foi refreada a movimentação dos trabalhadores, e isto carece de análise.

— O que se entende por «...reconstruir Portugal?»

— E o que se pretende verdadeiramente dizer com isto?

Declamar «reconstruir Portugal» é abstracto. Reconstruir o quê? E o que é Portugal? Repudiando uma análise baseada na luta de classes (a única real) e só dizer reconstruir sem nada se ter destruído (o sistema social) é vago e abstracto. E

na uma classe, a burguesia possidente, sobre a outra, os trabalhadores, portanto quando se fala de Portugal entende-se o confronto entre uma e a outra classe.

não partindo desta verdade, falar de «reconstruir Portugal» onde cabem harmonicamente gregos e troianos, onde os progressos do capitalismo são até aplaudidos com investimentos de 120 milhões de contos de promessa, pode parecer até uma benção para «todos os portugueses».

Ao som da «reconstrução do Portugal democrático», sempre

o slogan à frente, os trabalhadores deixaram estagnar as suas lutas e a reacção — esta até pode aparecer de diversas formas — foi avançando. Assim vieram leis para dominar greves, que só beneficia os empresários, legislação que mobiliza os trabalhadores, surgem jornais fascistas e os seus mentores tentam recuperar o poder.

«Reconstruir Portugal» também pode ser os trabalhadores trabalharem mais para os patrões que poderão utilizar como quiserem os meios de produção e de distribuição assim como os lucros, os antes e os depois.

# editorial

*Certamente que são tão importantes as conquistas de ordem social — não exclusivamente as políticas — como as de ordem económica, porque também se pode ser escravo com a barriga cheia. Mas não é menos certo que na miséria ou na existência precária o homem não se pode elevar, progredir e atingir aquele nível que a nossa noção de justiça e de civilização procura alcançar. Doutra modo a emancipação humana não teria sentido.*

*É neste sentido que o sindicalismo, cheio de conteúdo humano, socialista e livre, tanto enfrenta os problemas imediatos da existência humana como os alia com as preocupações de transformação social para o qual ele próprio se apresta.*

*Cremos, portanto, que a renovação da sociedade portuguesa, tão degradada pelo longo período duma ditadura — e todas as ditaduras degradam os povos — não pode ser apenas uma construção política dissociada da elevação moral, social e económica do povo. Mas essa elevação também não pode ser uma promessa posta para além, no vago que apenas se deve esperar.*

*O chamado processo de democratização não pode ser uma esperança apenas a depender do que resultar, tem de traduzir-se desde logo nalguma coisa que indique o caminho, e mesmo que seja só sacrifício, pois esse deve ser escolhido pelo povo trabalhador e distribuído por todas as partes da sociedade.*

*Aumenta a inflação e não se pode aumentar os salários? Pois há que reduzir lucros e benesses! A economia nacional precisa de trabalho? Então deve ser proibido o desemprego e o encerramento de fábricas! Se se fixam ou congelam os salários dever-se-á fixar os preços!*

*Mas tudo isto não poderá resultar duma legislação apenas partida do alto. Se as leis partem do alto apenas para*

*obedecermos, que espécie de democracia será essa que se confunde com o próprio sistema que há pouco parece ter desaparecido no conjunto, mas que permanece nas suas partes e na sua mentalidade?*

*Dá-se uma absoluta preferência pela democracia política relegando no plano económico as principais conquistas, sem as quais a outra será precária e nominal. Neste trilho, os trabalhadores vão sendo cada vez mais relegados para uma simples massa eleitoral, e segundo parece pelas ideias do sistema a instituir até será arrematado, contudo ainda não obtiveram posições ou conquistas que correspondam a uma democratização.*

*A lei da greve foi-lhe imposta; sobre a Previdência do que se fala, apenas circula nas chamadas cúpulas que entendem representar-nos, e nos casos legítimos em que os trabalhadores respondem à ofensiva patronal com a tomada dos locais de trabalho, à sua volta forma-se um vácuo absoluto até que pereça por si. Todavia apela-se sempre para os trabalhadores para salvar a economia da nação sem se pedir às classes possidentes esforços correspondentes, antes, passivamente se consente que encerrem as fábricas, despeçam o pessoal, não cumpram convenções de trabalho nem os salários convencionados.*

*Neste surto fala-se também numa jornada de trabalho nacional ao mesmo tempo que se exemplifica que noutros países se trabalha mais. Isto parece que se pretende elevar a jornada de trabalho. Porquê e como?*

*O silêncio parece confirmar que os trabalhadores nem sequer serão consultados e o decreto aparecerá. Depois será exaltada a virtude dos trabalhadores na sua dedicação ao país...*

*A quem pode interessar ser alterada a jornada de trabalho? Exclusivamente ao patronato? Mesmo para aumentar o desemprego que já vai aumentando? Mesmo depois de irmos reocupar o lugar no OIT?*

*Por tudo isto, uma constatação temos de fazer e remediar: o nosso sindicalismo ainda não se emancipou da tutela governamental que lhe foi imposta em 1933, e os nossos sindicatos, afectados de paralisia infantil, ainda não tomaram a sua própria missão.*

# A BATALHA

AVENÇA